

Comissão de Ética da Fundacentro - CEF
(Decreto 6.029/2007)

Relatório de atividades Exercício 2019

Emerson José de Almeida Fonseca

Erika Alves dos Santos

Gláucia de Menezes Fernandes

Ricardo Luiz Lorenzi

Roberta Granja Gonzaga

Rodrigo Cauduro Roscani

Sílvia Helena de Araújo Nicolai

São Paulo
Dezembro de 2019

Agradecimentos

A Comissão de Ética da Fundacentro agradece a Administração da Fundacentro pelo apoio recebido durante a execução das atividades planejadas, e a Coordenação de Recursos Humanos (CRH), pelo apoio no que se referiu ao auxílio na organização de treinamentos, e a Coordenação de Educação (CEd), e ao Serviço de Informática (SIn), pelo apoio na infraestrutura para todas as atividades desenvolvidas pela CEF, incluindo as reuniões ordinárias e extraordinárias, que demandaram conexões via videoconferência.

Resumo

Trata do relato das atividades desenvolvidas pela Comissão de Ética da Fundacentro no exercício 2019. O documento também apresenta uma breve abordagem histórica sobre a composição da CEF.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	<u>54</u>
2	A ATUAÇÃO DA CEF NO EXERCÍCIO 2019	<u>65</u>
3	A ATUAÇÃO DA CEF NO EXERCÍCIO 2019, EM NÚMEROS	<u>98</u>
4	CONSIDERAÇÕES FINAIS	<u>109</u>
5	REFERÊNCIAS	11

1 INTRODUÇÃO

A Comissão de Ética da Fundacentro está estruturada na forma do decreto 6.029, de 1º de fevereiro de 2007, desde o exercício 2008. Desde então, tem adotado práticas para difundir as normas que regem o regramento ético nos órgãos que integram o Poder Executivo Federal brasileiro, a saber: Decreto 1.171, de 22 de junho de 1994; Decreto 6.029, de 1º de fevereiro de 2007, Resolução nº 10, de 29 de setembro de 2008. A legislação em pauta é proveniente da Comissão de Ética Pública, da Presidência da República (CEP), a quem a Comissão de Ética da Fundacentro está diretamente subordinada, juntamente com todas as demais comissões setoriais atuantes em órgãos do Poder Executivo Federal.

Além dos instrumentos normativos supracitados, a CEF, considerando as particularidades inerentes à atuação da Fundacentro, percebeu a necessidade da elaboração de um código de conduta ética próprio, para complementar as facetas e particularidades da atuação dos servidores da instituição, não abrangidas pela legislação estabelecida pela CEP. Em razão disso, em 2012, publicou a cartilha “Código de Conduta Ética da Fundacentro: regulamentos da ética no Serviço Público do Poder Executivo Federal”, a qual inclui a Portaria Fundacentro nº 179/2009, que aprova o regimento interno da CEF, e a Portaria Fundacentro nº 120/2011, que aprova o Código de Conduta Ética da Fundacentro. A publicação foi distribuída pela CEF a todos os agentes públicos em exercício na Fundacentro, tanto no CTN quanto nas unidades descentralizadas. Após o lançamento, a publicação é distribuída aos participantes dos eventos promovidos pela Comissão de Ética da Fundacentro e também mediante solicitações individuais e/ou setoriais.

Movida pelo princípio da razoabilidade e da economicidade, a CEF indicou representantes locais para auxiliar na difusão do regramento ético na Fundacentro nas unidades descentralizadas, visando ampliar a ação educativa da Comissão e minimizar os custos com diárias e passagens destinadas a este fim. Tais servidores foram submetidos a um treinamento, ministrado pela CEF por videoconferência, com a finalidade de munir tais representantes quanto à atuação e o rito processual adotado pela CEF, visando conferir-lhes aptidão para proceder às orientações sobre o regramento ético no Serviço Público Federal. Cabe mencionar que tais representantes não são membros da CEF, e não têm acesso aos processos por ela instruídos e/ou conduzidos, sendo a sua atuação restrita ao âmbito educativo. A CEF planeja organizar novo treinamento para os representantes locais em 2020.

Por fim, porém não menos importante, a CEF tem ministrado treinamentos anuais sobre a gestão da Ética no Serviço Público Federal. Os treinamentos são abertos ao público, transmitidos via videoconferência, e todos os agentes públicos da Fundacentro são convidados a participar. A partir de 2012, por meio de uma parceria estabelecida com a Coordenação de Recursos Humanos da Fundacentro, os agentes públicos recém-ingressados e/ou empossados são convocados a participar do treinamento na edição subsequente ao início do exercício de suas funções na Fundacentro. Por meio desta prática, a CEF garante que seu público alvo seja atingido de forma uniforme. Ressalte-se que durante a realização de tais treinamentos, os participantes recebem um exemplar da cartilha “Código de Conduta Ética da Fundacentro: regulamentos da ética no Serviço Público do Poder Executivo Federal”. Cabe mencionar que, além do treinamento em gestão da ética, a CEF planeja organizar oficinas/treinamentos específicos para algumas áreas da Fundacentro em 2020.

Diferentemente das comissões atuantes na esfera disciplinar, a Comissão de Ética não atua apenas no sentido de apurar, responsabilizar e/ou indicar possíveis sanções para servidores. Ao contrário, seu principal foco é instigar o comportamento ético entre os pares, e minimizar os conflitos interpessoais,

favorecendo desta forma a construção e manutenção de um ambiente de trabalho saudável, abrangendo todos os agentes públicos vinculados à Fundacentro.

A CEF acredita que todos os esforços que promovam a orientação, visando à reflexão acerca do convívio profissional são válidos, inclusive no sentido de aperfeiçoar a utilização de recursos materiais, financeiros e humanos, na medida em que o volume de procedimentos de apuração é reduzido. O presente documento reflete as ações desenvolvidas sob tal ótica pela CEF no exercício 2019.

2 A ATUAÇÃO DA CEF NO EXERCÍCIO 2019

Lidar com paradigmas e costumes já instaurados e enraizados em um determinado grupo exige um bom planejamento, sobretudo porque visa à alteração de posturas e de comportamentos, especialmente quando este grupo é integrante de qualquer instituição pública.

No biênio 2015-2016, a Comissão de Ética da Fundacentro registrou o maior volume de recebimento denúncias, procedimentos preliminares de apuração ética e processos de apuração ética conduzidos simultaneamente em toda sua história, os quais foram finalizados no exercício 2017. No ano de 2018, houve melhora neste quadro, tendo sido aplicada uma censura ética e arquivado um procedimento preliminar de apuração ética no período. Em 2019, foram abertos dois processos preliminares (PP) que estão em fase de finalização.

A CEF considera que as ações educativas e de disseminação dos princípios éticos são instrumentos eficazes para orientar, promover o comportamento ético e direcionar a conduta dos agentes públicos de forma adequada no exercício de suas funções. A cortesia, o diálogo e o respeito mútuo são incentivados pela CEF de forma a minimizar conflitos que culminem em procedimentos de apuração, que em alguns casos, ao invés de sanar situações conflituosas, podem potencializar atos de desrespeito e animosidade entre os pares.

Nesta perspectiva, a CEF direcionou a condução de suas atividades para uma atuação ativa e cujos resultados pudessem contribuir para a construção de um ambiente de trabalho pautado na ética e no respeito mútuo. Para isto, além das atividades inerentes à Gestão da Ética no Serviço Público Federal, tais como a realização de reuniões ordinárias e extraordinárias, a condução de procedimentos preliminares de apuração ética e de processos de apuração ética, o atendimento a consultas e emissão de pareceres, a Comissão de Ética da Fundacentro também conduziu ações educativas, por meio da realização das seguintes atividades:

a) Treinamento em gestão da ética no Serviço Público Federal:

Todos os anos, a CEF inclui em seu planejamento a execução de pelo menos duas sessões de treinamento para disseminar a cultura da ética e as diretrizes do Decreto 1.171 de 22/06/1994 e do Código de Conduta Ética da Fundacentro. A ideia central é sempre convocar para participação todos os agentes públicos ingressantes na Fundacentro desde a realização da última edição do seminário, até a data da realização da edição seguinte. Desta forma, por meio de uma postura proativa, a CEF tem a garantia de que todos os agentes públicos são esclarecidos sobre a existência das diretrizes da conduta ética no exercício de suas funções e, por conseguinte, estão menos sujeitos ao cometimento de infrações éticas.

O planejamento para o exercício 2019, a exemplo dos anos anteriores, previu a realização de pelo menos uma edição do seminário no segundo semestre. Porém, a demanda elevada não nos permitiu realizar o seminário em 2019.

b) Elaboração de material informativo sobre o exercício da ética no Serviço Público Federal:

Desde o exercício 2015, a Comissão tem conduzido discussões sobre a elaboração de material informativo e educativo sobre a gestão e a conduta ética no Serviço Público Federal, como forma de apresentar mais um instrumento de acesso aos princípios éticos que devem reger o comportamento dos agentes públicos no exercício de suas funções. A princípio, considerou-se a elaboração de uma cartilha, ilustrativa, no formato de gibi, com foco sobre a utilização de mídias digitais, sobretudo as redes sociais. Entretanto, com o amadurecimento das discussões, a CEF entendeu que tal produção demandaria a contratação de pelo menos um cartunista e um roteirista, o que poderia ser inviabilizado, em face das contenções orçamentárias às quais a Fundacentro foi submetida desde então. Em função disso, a Comissão deliberou pela elaboração de um artigo científico, para submissão à Revista de Administração Pública, ou alguma outra revista indexada. Tal documento prevê uma perspectiva histórica da Comissão de Ética da Fundacentro, incluindo depoimentos de membros e presidentes das gestões anteriores, e o registro de seu relato de experiência. Embora o delineamento do trabalho tenha avançado no ano de 2017, em 2018, deu-se prioridade à realização de projetos educativos visando maior integração com os representantes locais nas Unidades Descentralizadas (UDs) da Fundacentro.

c) Discussão de casos práticos envolvendo a gestão da ética no serviço público com os representantes locais da Comissão de Ética da Fundacentro

Cada unidade descentralizada da instituição conta com um representante local, os quais não são considerados membros e tampouco participam de reuniões ou têm acesso aos expedientes analisados pela Comissão. Excetua-se o Sr. Emerson José de Almeida da Fonseca, nomeado pela portaria 059/2017 para exercer mandato de três anos como membro suplente, a contar de 1º de abril de 2017. Os representantes locais são colaboradores da CEF, cuja atuação é estritamente educativa e informativa, no sentido de orientar aos colegas em suas respectivas UD's sobre o trabalho desenvolvido pela CEF além de auxiliar na divulgação dos princípios que regem a conduta dos agentes públicos no âmbito do desenvolvimento de suas funções na Fundacentro.

Atualmente, o quadro de representantes locais da CEF é composto pelos seguintes servidores:

Representante	Unidade descentralizada
Emerson José de Almeida da Fonseca	CEES
Laura Soares Martins Nogueira	CEPA
Maria do Monte Costa de Almeida Correa	CEPR
Antonio Lincoln Colucci	CERJ
Mariana Souza Gomes Furst	CERS
Daniel Pires Bittencourt	CESC
Marina Maria Rodrigues Guedes	CRBA
Maura Gelais Filogonio	CRMG
Mácia Medeiros dos Santos Teixeira	CRDF
Marcelo Alexandre de Vasconcelos	CRPE
Tarsila Baptista Ponce	ERBS
Rodrigo Cauduro Roscani	ERCa
Rodrigo Melo Bandeira	ERMS

No ano de 2019, foram realizadas quatro reuniões, por meio de videoconferência, com os representantes locais da CEF, onde houve a leitura e discussão de exemplos de casos envolvendo a gestão da ética no serviço público, com o objetivo de treinamento prático de todos os envolvidos na legislação que rege a conduta ética na Administração Pública do Poder Executivo Federal. Somando-se a isso, foram feitas leituras dos Boletins Informativos com edições mensais promovidos pela Comissão de Ética Pública da Presidência da República.

Além das atividades educativas e para respaldar e fundamentar a execução de tais atividades, os membros da Comissão de Ética também se empenham no aprofundamento do domínio do regramento ético no Poder Executivo Federal. Para isso, no exercício em pauta, a Comissão de Ética da Fundacentro foi representada em um evento promovido pela Comissão de Ética Pública em Brasília:

a) Seminário sobre ética e corrupção na USP

De 10 a 13 de junho de 2019, os membros Gláucia de Menezes Fernandes, Roberta Granja Gonzaga, Rodrigo Cauduro Roscani, Sílvia Helena de Araujo Nicolai participaram do referido curso, no qual a Comissão de Ética Pública - CEP e o Instituto Brasileiro de Direito Processual – IBDP, com o apoio do Ministério Público do Estado de São Paulo – MPSP, promoveram o seminário sobre ética e corrupção na Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo - USP, com o objetivo de disseminar informações, compartilhar experiências e promover debates sobre os assuntos relacionados à ética no serviço público. ;

b) Sugestões para o novo Código de Ética

Em abril de 2019, a Comissão de Ética Pública informou a todas as Comissões de Ética setoriais a existência de proposta do novo Código de Ética e Conduta Profissional do Agente Público do Poder Executivo Federal apresentada pelo Ministério da Economia e solicitou as

contribuições e sugestões para o novo Código de Ética, pedido sobre o qual a Comissão de Ética da Fundacentro produziu discussões com os representantes regionais e entregou um trabalho de elaboração colaborativa, com todos os representantes regionais da Fundacentro.

c) Mapeamento dos processos no sistema SEI

Com a implementação do Sistema Eletrônico (SEI) na Fundacentro, a CEF também aderiu ao programa, alimentando o sistema com fluxogramas, mapeamentos para cada tipo de processo. Também, iniciou o desenvolvimento de seus processos no âmbito do SEI, mantendo-os como restritos somente aos membros da Comissão, guardando o devido sigilo de seus trabalhos.

Para o ano de 2020 será necessário criar a Base de Conhecimento para o SEI.

Para 2020, a CEF planeja promover a reciclagem da capacitação de seus membros, por meio de participação no Curso de Gestão e Apuração da Ética no Serviço Público do Poder Executivo Federal. Essa capacitação se faz necessária devido à revisão na Resolução n.º 10/2008 que está sendo realizada pela Comissão de Ética Pública e que resulta em alteração do procedimento a ser observado pela Comissão de Ética Pública e pelas Comissões de Ética instituídas pelo Decreto n.º 1.171, de 22 de junho de 1994, nos processos de apuração de prática de ato em desrespeito ao preceituado no Código de Conduta da Alta Administração Federal ou no Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal. Vale destacar que tal curso é fundamental para o bom desempenho dos membros das comissões de ética setoriais.

3 A ATUAÇÃO DA CEF NO EXERCÍCIO 2019, EM NÚMEROS

- 12 reuniões ordinárias;
- 15 reuniões extraordinárias;
- 2 reuniões com a Presidência 33 ofícios encaminhados;
- 2 denúncias recebidas (convertidas em procedimentos preliminares), tendo sido uma delas também direcionada à administração;
- 5 consultas atendidas;
- 6 membros capacitados.

Quanto ao desempenho financeiro em 2019, a CEF teve custos com diárias e deslocamentos de dois membros para a realização de diligência. Diante da crise econômica que, por consequência, gerou contenções orçamentárias à qual estão submetidos todos os órgãos do Governo Federal, a CEF, atendendo à orientação da presidência da Fundacentro, concentrou os deslocamentos necessários para a realização de diligências em apenas dois membros da Comissão, tendo os demais membros participado por videoconferência (resguardadas as medidas de garantia do sigilo das discussões conduzidas).

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Muito tem sido feito no sentido de disseminar a cultura da ética na atuação da Fundacentro, mas ainda há muito por se fazer. A atuação da CEF em 2020 prevê a realização de palestras, além de conteúdos desenvolvidos para públicos específicos: agentes públicos do Serviço de Informática, serviços de limpeza, serviços de manutenção, jardinagem, segurança e da Coordenação de Pós-Graduação.

Além disso, a CEF pretende dar prosseguimento às reuniões que vem realizando com os seus representantes locais, com o objetivo de dar continuidade às discussões de casos práticos envolvendo a gestão da ética no serviço público e à elaboração de materiais educativos, que motivem reflexões sobre o regramento ético no serviço público. Estas ações visam obter uma maior participação dos agentes públicos da instituição na propagação de ações educativas promovidas pela Comissão. Pretende-se, também, concluir o artigo científico cuja redação iniciou-se em 2016, para submissão para uma revista científica indexada, e eventualmente, produzir outros materiais informativos sobre assuntos correlatos à Ética.

Em suma, a CEF continuará atuando na promoção e na manutenção de um ambiente de trabalho colaborativo e respeitoso considerando, sobretudo, que é neste local que as pessoas passam a maior parte de seus dias, o que reforça ainda mais a necessidade da existência das boas relações no ambiente de trabalho. Some-se a isto, o fato de que uma vez instaurado o clima de animosidade, dificilmente as relações retornam à condição considerada ideal, e em sendo assim, todas as ações em prol da construção de um ambiente de trabalho saudável são válidas.

5 REFERÊNCIAS

BRASIL. **Decreto nº 1.171, de 22 de junho de 1994**. Aprova o Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal. Disponível em:

<https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d1171.htm>. Acesso em: 22 dez. 2016.

_____. **Decreto nº 6.029, de 1º de fevereiro de 2007**. Institui Sistema de Gestão da Ética do Poder Executivo Federal, e dá outras providências. Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2007/Decreto/D6029.htm>. Acesso em: 22 dez. 2016.

_____. Presidência da República. Comissão de Ética Pública. **Resolução nº 10, de 29 de setembro de 2008**. Disponível em: <<http://etica.planalto.gov.br/sobre-a-cep/legislacao/etica512>>. Acesso em: 22 dez. 2016.

FUNDACENTRO. Portaria 120 de 21 de junho de 2011. Aprova o Código de Conduta Ética dos agentes públicos da Fundacentro. São Paulo, 2011.

_____. Portaria 179 de 22 de setembro de 2009. Aprova o Regimento Interno da Comissão de Ética da Fundacentro. São Paulo, 2009.

_____. Portaria 18 de 19 de janeiro de 2016. Nomeia representantes locais da Comissão de Ética da Fundacentro. São Paulo, 2016.

_____. Portaria 55 de 17 de março de 2010. Nomeia representantes locais da Comissão de Ética da Fundacentro. São Paulo, 2010.

Glauca de Menezes Fernandes
Membro titular da CEF
SIAPE 1480393

Sílvia Helena de Araujo Nicolai
Membro titular da CEF
SIAPE 1480975

Rodrigo Cauduro Roscani
Membro suplente da CEF
SIAPE 1951601

Roberta Granja Gonzaga
Membro suplente da CEF
SIAPE 1939360

Ricardo Luiz Lorenzi
Membro suplente da CEF
SIAPE 1938220

Emerson José de Almeida Fonseca
Membro suplente da CEF
SIAPE 1546019

Erika Alves dos Santos
Secretária Executiva da CEF
SIAPE 1481048